

Termo de Referência 23/2025

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
23/2025	320004-MME-CGC-COORD.GERAL DE RECURSOS LOGISTICOS /DF	FELIPE CORRADI CARMINATI	20/08/2025 11:21 (v 0.5)
Status	ASSINADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço não-continuado		48330.000186/2024-77

1. Condições gerais da contratação

- 1.1. A pretensão contratual envolve o fornecimento de SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO, para prognósticos e aconselhamento estratégico, tático e operacional na área de Tecnologia da Informação e Comunicação e licenças para acesso às bases de conhecimento de pesquisas especializadas em TIC.
- 1.2. Os serviços deverão ser executados de acordo com os termos de licenciamento, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QTDE	VALOR UNITÁRIO (anual)	VALOR TOTAL (anual)
1	Subscrição anual de licença Executive Programs Leadership Team - Leader	23108	Subscrição	1	R\$ 411.100,00	R\$ 411.100,00
2	Subscrição anual de licença Executive Programs Leadership Team - Advisor	23108	Subscrição	3	R\$ 150.400,00	R\$ 451.200,00
TOTAL ANUAL						R\$ 862.300,00
TOTAL CONTRATAÇÃO (24 meses)						R\$ 1.724.600,00

VALOR GLOBAL ESTIMADO: R\$ 1.724.600,00

DO TIPO DA CONTRATAÇÃO

1.3. A presente contratação será feita de maneira direta, por inexigibilidade de licitação, conforme justificativa técnica de escolha de solução apresentada no Estudo Técnico Preliminar (ETP), apêndice deste Termo de Referência, nos termos do Art. 74, inciso I da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021.

1.4. Conforme atestado emitido pela Associação Brasileira de Empresas de Software (ABES), constante no Anexo I deste ETP, constata-se que a empresa é a única fornecedora da solução apresentada. Dessa forma entende-se que a contratação via inexigibilidade de licitação caracteriza-se em razão da inviabilidade de competição, em função de a solução ser fornecida por empresa ou representante comercial exclusivo.

1.5. Segundo a Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, em seu art. 74, inciso III, é inexigível a licitação quando demonstrada a inviabilidade de competição, em especial no caso de:

"III - contratação dos seguintes serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação."

1.6. Neste sentido, é necessário que:

I) o serviço contratado seja do tipo técnico especializado;

II) o serviço contratado tenha natureza singular;

III) a empresa contratada tenha notória especialização.

1.6 A Gartner oferece serviços de pesquisa e consultoria técnicos personalizados em Tecnologia da Informação (TI), com insights baseados em metodologias próprias, como o *Quadrante Mágico*, e ferramentas como portais, toolkits e modelagens sofisticadas para tomada de decisão. Esses serviços se caracterizam por serem predominantemente intelectuais, não replicáveis por profissionais comuns, demandando profundo conhecimento técnico em cenários de TI, demonstrando, desta forma, um **serviço técnico especializado**.

1.7. Os serviços da Gartner têm uma **natureza singular** no mercado, pois envolvem assinatura de bases proprietárias de conhecimento, acesso a analistas especialistas, workshops e estudos comparativos únicos, com a maior amplitude e disponibilidade no mercado, conforme apontou o ETP.

1.8. Quanto à **notória especialização** da contratada, evidencia-se por ser reconhecida internacionalmente como líder global em pesquisa e consultoria em TI, contando com milhares de analistas, atuação em mais de 100 países e referências constantes em veículos de comunicação. Sua notória especialização é respaldada pela vasta base de conhecimento, metodologia rigorosa (rígido, sistematizado, válido e empírico), equipe técnica altamente qualificada, e pela reputação consolidada no setor. Especificamente no Brasil, ela está presente desde 1997, com escritórios em várias capitais e analistas locais familiarizados com o setor público brasileiro — fator essencial para entender aspectos regulatórios e contextuais locais, e de governo.

1.9. Coube, portanto, verificar se o preço praticado na Proposta Técnica Comercial (Anexo II) está compatível com o preço praticado no mercado para os itens elencados neste estudo, conforme estabelece a Instrução Normativa SEGES nº 65, de 7 de julho de 2021, nos artigos 5º e 7º.

1.10. Conforme estudo evidenciado pela Nota Técnica nº 3 (Anexo III), constatou-se que os preços praticados na proposta comercial encontram-se aderentes aos preços praticados pelo mercado, e, portanto, de acordo com as legislações vigentes.

DA VIGÊNCIA

1.11. O prazo de vigência da contratação é de 24 (vinte e quatro) meses contados do(a) assinatura do Contrato, prorrogável, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021

1.12. A contratação prevê serviços de aconselhamento imparcial em Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), de natureza técnica continuada, especializada e predominantemente intelectual, essenciais para apoiar a formulação de estratégias, a tomada de decisões e a mitigação de riscos em projetos e investimentos da área.

1.13 Nos termos do art. 106 da Lei nº 14.133/2021, o serviço é enquadrado como continuado e o prazo de 24 meses foi definido para garantir estabilidade na execução, desde que mantida a vantajosidade e assegurada a dotação

orçamentária. Esta vigência plurianual permite evitar mobilizações e renegociações frequentes, otimizar recursos e assegurar um ciclo de trabalho suficiente para implementação e acompanhamento das recomendações, em consonância com o princípio da eficiência (art. 5º, III, da Lei nº 14.133/2021).

DO TIPO DO SERVIÇO

1.14. Os SERVIÇOS a serem contratados são classificadas como em “SERVIÇOS AUXILIARES, INSTRUMENTAIS OU ACESSÓRIOS” à área de competência legal do Ministério de Minas e Energia e, portanto, enquadram-se nos pressupostos do DECRETO Nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades previstas no art. 3º e cuja execução indireta é vedada.

DO REGIME DE EXECUÇÃO

1.15. Os serviços serão obtidos mediante EXECUÇÃO INDIRETA do tipo empreitada por preço unitário. Entendida como uma técnica de gestão administrativa, a execução indireta (ou terceirização) possibilita em que atividades não essenciais (auxiliares, instrumentais ou acessórias) sejam transferidas para um prestador especializado ao passo que possibilita à ADMINISTRAÇÃO CONTRATANTE implementar medidas de eficiência administrativa e foco em suas atividades finalísticas.

DA NÃO EXIGÊNCIA DA DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA

1.16. A prestação de serviços não envolve “dedicação exclusiva de mão de obra” – nos termos do art. 17 da IN 05 /2017/SEGES/ME – uma vez que a CONTRATADA poderá compartilhar os recursos humanos e materiais disponíveis para execução simultânea de outros contratos. A prestação dos serviços também não gera vínculo empregatício entre os empregados da CONTRATADA e a ADMINISTRAÇÃO CONTRATANTE, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

DO NÃO PARCELAMENTO DA SOLUÇÃO

1.17. Nesse contexto, o parcelamento da solução se revela tecnicamente inviável, uma vez que o serviço ou produto a ser fornecido é indivisível e possui um único fornecedor.

2. Fundamentação e descrição da necessidade

2.1. A Subsecretaria de Tecnologia e Inovação (STI), estabelecida pelo Decreto nº 11.492, de 17 de abril de 2023, desempenha um papel crucial na realização dos objetivos organizacionais do Ministério de Minas e Energia (MME). De acordo com o referido Decreto, em seu Art. 18, compete à Subsecretaria de Tecnologia e Inovação:

"I - definir as diretrizes e coordenar os projetos no âmbito das unidades do Ministério nos temas de governança de dados, inovação e transformação digital dos serviços públicos; e

II - planejar, coordenar e supervisionar a execução das atividades relacionadas ao Sisp, no âmbito do Ministério."

2.2. A atuação da STI vai além do suporte tradicional ao usuário e da manutenção de sistemas transacionais e na infraestrutura de bancos de dados. Atualmente, ela ocupa uma posição estratégica no MME, fornecendo governança das informações e integrando a estratégia de Tecnologia da Informação (TI) aos objetivos estratégicos do órgão. No âmbito da Administração Pública Federal, os gestores necessitam de soluções tecnológicas para implementar políticas públicas e serviços eficazes para a sociedade brasileira.

2.3. Com a recente instituição do Programa de Transformação Digital, conforme a Portaria nº 784/GM/MME de 6 de maio de 2024, o MME pretende promover a automação dos processos de trabalho e a digitalização dos serviços públicos por meio da adoção de tecnologias modernas, inovadoras e focadas na simplificação e melhoria da experiência dos usuários. Nesse contexto, é essencial que o MME tenha acesso a uma equipe de especialistas altamente qualificada, com conhecimento em diferentes áreas de tecnologia da informação. Esses profissionais deverão ser capazes de avaliar as necessidades e desafios específicos do MME, fornecendo recomendações personalizadas e imparciais para a implementação do Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC), alinhado ao planejamento estratégico do Ministério.

2.4. O monitoramento do mercado de fornecedores de tecnologia é complexo, com soluções que rapidamente se revezam como líderes de mercado. Melhorar as práticas de gestão e o processo de contratação, bem como obter acesso a estudos e análises sobre este mercado é crucial para atender à crescente demanda de execução de projetos estratégicos de forma eficaz.

2.5. A contratação dos serviços de aconselhamento imparcial em TI também trará benefícios em termos de economia de recursos e redução de riscos. Através de uma análise detalhada das opções disponíveis no mercado, sempre respeitando o critério de imparcialidade, fator-chave para dar maior segurança jurídica ao processo de tomada de decisão em termos de investimentos em tecnologia e inovação.

2.6. É neste sentido que a STI busca obter acesso a serviços de aconselhamento imparcial em tecnologia, com objetivos de: acessar bases de conhecimento atualizadas sobre as melhores opções para cada tipo de solução, interpretar tendências de mercado, comparar tecnologias e fornecedores e pesquisar os preços mais competitivos e vantajosos para a administração pública. Esses serviços apoiarão a STI nas análises relacionadas às contratações e tomadas de decisão, contribuindo com uma aplicação efetiva dos recursos públicos.

2.7. Portanto, a contratação de um serviço de aconselhamento imparcial em tecnologia é essencial para apoiar a execução eficiente das contratações no MME, bem como garantir a utilização de tecnologias modernas, seguras e eficazes para a entrega de soluções. Figuram-se os seguintes objetivos nesta contratação:

I) apoiar a STI/MME na implementação de melhorias na governança e projetos de tecnologia;

II) prover acesso a informações técnicas, de forma rápida e atualizada;

III) identificar oportunidades de inovações que resultem em benefícios e aprimoramento das áreas de negócio e dos resultados estratégicos;

IV) reduzir o custo e o tempo necessário para contratações de produtos e serviços de tecnologia, bem como garantir a entrega de produtos e serviços eficazes;

V) oferecer segurança e transparência no processo de decisão estratégica da área de tecnologia.

2.8. O Planejamento Estratégico Participativo 2024-2027 é uma das estratégias da atual gestão do Ministério de Minas e Energia, inserida na nova Política de Governança. Foi instituído pela Portaria Normativa nº 77/GM/MME, de 23 de maio de 2024. Esta demanda se alinha diretamente a cinco Processos Internos, contribuindo no alcance dos Objetivos Estratégicos e na execução da Missão, Visão e Valores do MME. A seguir, listam-se os Processos Internos alinhados a esta demanda:

- I) Aprimorar a Gestão da Informação: O serviço oferecerá aos gestores de TIC do MME informações, estratégias e mecanismos para a organização, sistematização, disponibilização e disseminação de dados e informações, contribuindo para o aprimoramento da governança desses ativos no MME. A contratada deverá possuir expertise em segurança da informação, capaz de auxiliar a STI na promoção de ações para proteger os dados e informações produzidos e/ou mantidos pelo MME. Isso pode incluir a avaliação e implementação de soluções de segurança cibernética, políticas de proteção de dados, conscientização em segurança, entre outros, garantindo a integridade e confidencialidade das informações do MME.
- II) Modernizar a Infraestrutura Tecnológica: O serviço de aconselhamento imparcial e acesso amplo a uma base de conhecimentos, relatórios, análises e frameworks deverá auxiliar na identificação e implementação das melhores práticas e soluções tecnológicas para aprimorar a infraestrutura tecnológica do MME, garantindo que os recursos disponibilizados sejam os mais modernos, eficientes, seguros e alinhados aos líderes de mercado.
- III) Aprimorar a Gestão de Pessoas e Qualidade de Vida: Através de suas recomendações, o serviço de aconselhamento poderá auxiliar na implementação de ações que favoreçam a integração e o bem-estar dos colaboradores e servidores do MME, melhorando as práticas de gestão de pessoas na área de TIC e de negócio. A contratada deverá auxiliar na promoção de ações que aproximem a STI das áreas clientes, melhorando a comunicação, a resolução de problemas e a prestação de serviços. Através de seu aconselhamento imparcial, a contratada poderá ajudar a estabelecer uma parceria mais efetiva entre a STI e as áreas finalísticas, identificando oportunidades de colaboração e alinhamento estratégico para atender às necessidades do MME de forma mais eficiente.
- IV) Promover a Otimização da Gestão Orçamentária e Financeira: Com sua expertise em análise de mercado e tecnologia, o serviço contratado poderá ajudar a identificar soluções tecnológicas eficientes e econômicas, contribuindo para o melhor uso dos recursos financeiros do MME. A aplicação das boas práticas de mercado também auxiliará o desenvolvimento de soluções e processos de maior qualidade, os quais auxiliarão na otimização da gestão orçamentária e financeira.
- V) Promover a Inovação e a Transformação Digital: O acesso às bases de conhecimentos, relatórios, análises e frameworks é de suma importância para a implementação de uma Transformação Digital no MME. As recomendações que serão oferecidas por este serviço garantirão constante inovação nos processos e ferramentas tecnológicas adotadas no Ministério.

ID	AÇÃO DO PDTIC	META DO PDTIC
1	Executar o Plano de Contratação de Tecnologia da Informação e Comunicação	Monitorar Plano de Contratação de Tecnologia da Informação e Comunicação
2	Efetuar prospecção e análise de novas tecnologias	Aumentar a implantação de novas tecnologias
3	Realizar atualização das aplicações e soluções de TI	Manter atualizadas as Aplicações e Soluções de TI

* Esta Subsecretaria de Tecnologia e Inovação - STI/SE informa que o novo Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação - PDTIC da Pasta ainda se encontra em fase de elaboração, conforme os autos do processo 48330.000277/2023-21. Tratando-se de serviço estratégico para o Ministério, considerando o alinhamento ao último PDTIC vigente e sua inserção no Plano de Contratações Anual de 2024, informa que a necessidade será mantida no novo PDTIC.

2.9. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual - 2024, conforme detalhamento a seguir:

- I. ID PCA no PNCP: 160
- II. Data de publicação no PNCP: 09/04/2024
- III. Id do item no PCA: 11/2024
- IV. Classe/Grupo: 831 - SERVIÇOS DE CONSULTORIA E DE GERÊNCIA/GESTÃO
- V. Identificador da Futura Contratação: 320004-191/2025

3. Descrição da solução como um todo

3.1. A solução de TIC consiste em serviço para prognósticos e aconselhamento estratégico, tático e operacional na área de Tecnologia da Informação e Comunicação e licenças para acesso às bases de conhecimento de pesquisas especializadas em TIC.

3.2. Quanto ao conteúdo essencial das pesquisas e bases de conhecimento, os requisitos mínimos da solução são:

- As bases de conhecimento devem incluir avaliações detalhadas sobre produtos de hardware, software e comunicação, considerando tendências, benefícios e potenciais desvantagens;
- Devem oferecer informações sobre a descontinuação de produtos de hardware, software e comunicação, destacando o ciclo de vida dos produtos;
- Devem conter análises sobre mudanças no setor de TIC geradas por parcerias formais ou informais entre fornecedores, com ênfase em prognósticos, análises de mercado e tendências;
- É necessário que apresentem documentos com análises aprofundadas sobre arquiteturas, tecnologias e produtos de hardware e software, além de orientações práticas e diretrizes para a seleção e implementação dessas tecnologias.

3.3. Com relação às Necessidades Tecnológicas, os seguintes requisitos são necessários:

- Disponibilização de uma plataforma tecnológica que funcione como um repositório de dados, informações e análises nos campos técnicos relacionados ao escopo do contrato;
- Fornecimento de uma plataforma tecnológica para administração de usuários e gerenciamento das licenças relacionadas ao serviço de pesquisa e orientação imparcial contratado;
- Garantia de acesso a um banco de dados contendo pesquisas, análises e informações técnicas executivas, conforme os níveis de atuação definidos, incluindo no pacote de licenciamento o suporte contínuo e o aconselhamento imparcial, além da garantia de disponibilidade das licenças contratadas;
- As bases de conhecimento devem estar disponíveis em português (quando houver essa opção como padrão) ou em inglês;
- As bases de conhecimento deverão ser acessíveis via internet, por meio de um portal próprio da CONTRATADA, permitindo uso por navegador sem necessidade de instalação de softwares adicionais nos computadores dos usuários;
- A solução deverá oferecer um mecanismo de busca eficiente, com suporte a palavras compostas e operadores lógicos, além de ferramentas que permitam a indexação personalizada de conteúdos segundo o perfil de cada usuário;
- A solução deverá possibilitar a seleção de temas de interesse e o envio de notificações sobre relatórios publicados nas áreas escolhidas;
- Deve ser oferecido acesso contínuo às bases de conhecimento e aos autores dos conteúdos, com funcionamento ininterrupto 24 horas por dia, exceto em períodos previamente informados de manutenção pela CONTRATADA;
- As licenças não poderão impor restrições quanto ao tempo de consulta, número de acessos em um período ou à quantidade de conteúdos e documentos transferidos, desde que o acesso seja realizado por um usuário licenciado.

4. Requisitos da contratação

Requisitos de negócio

4.1. Abrangem as necessidades e aspectos funcionais relacionados à prestação dos serviços técnicos especializados

de pesquisa e aconselhamento imparcial em Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), assegurando que a solução atenda plenamente às demandas do MME, conforme descrito a seguir:

- Fornecimento de informações confiáveis, imparciais e atualizadas para subsidiar decisões estratégicas em TIC, alinhadas às metas institucionais e aos objetivos de governança pública;
- Disponibilização de aconselhamento especializado para a adoção de metodologias, padrões e práticas que promovam inovação, eficiência e sustentabilidade no ambiente tecnológico do Ministério;
- Elaboração de relatórios e análises detalhadas sobre tendências e soluções tecnológicas aplicáveis ao contexto institucional, garantindo alinhamento com as melhores práticas globais;
- Identificação de oportunidades para modernização e otimização dos processos de TIC, considerando o impacto e a viabilidade das inovações propostas;
- Garantia de que as soluções analisadas e recomendadas estejam alinhadas às normativas legais e regulatórias aplicáveis à Administração Pública Federal.

Requisitos de capacitação

4.2. Não se aplicam necessidades específicas de capacitação tecnológica às equipes do MME, devendo, entretanto, a solução compreender a disponibilização de mecanismos de autoaprendizado que contenham orientações didáticas preferencialmente em português brasileiro e de linguagem simples, tais como cartilhas, checklists, passo a passos e workshops para acesso à Base de Conhecimento e ao agendamento de aconselhamento imparcial com especialistas.

Requisitos Legais

4.3. A presente contratação sujeita-se à legislação pertinente, mormente aos diplomas a seguir elencados, bem como às demais normas gerais que se apliquem, considerando-se a legislação consolidada com as respectivas alterações subsequentes.

- Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;
- Lei nº 14.133/2021, Nova Lei de Licitações e Contratos;
- Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD);
- Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências;
- Decreto nº 11.837, de 21 de dezembro de 2023, dispõe sobre o compartilhamento de serviços de suporte administrativo de que tratam os § 2º e § 3º do art. 50 da Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023, e institui o Centro de Serviços Compartilhados e o Comitê Interministerial de Governança de Serviços Compartilhados. (ColaboraGov);
- Decreto nº 11.871, de 29 de dezembro de 2023, atualiza os valores estabelecidos na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021;
- Decreto nº 11.246, de 27 de outubro de 2022, regulamenta o disposto no § 3º do art. 8º da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para dispor sobre as regras para a atuação do agente de contratação e da equipe de apoio, o funcionamento da comissão de contratação e a atuação dos gestores e fiscais de contratos, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional;
- Decreto nº 2.134, de 24 de janeiro de 1997, regulamenta o art. 23 da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a categoria dos documentos públicos sigilosos e o acesso a eles, e dá outras providências;
- Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 23 de dezembro de 2022, dispõe sobre o processo de contratação de soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC pelos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação - SISP do Poder Executivo Federal;
- Instrução Normativa SGD/ME nº 65/2021, dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional;
- Instrução Normativa SEGES/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022, estabelece regras e diretrizes para o procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta de que dispõe a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional;
- Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022, dispõe sobre a observância da ordem cronológica de pagamento das obrigações relativas ao fornecimento de bens, locações, prestação de serviços e realização de obras, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional;
- Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018, estabelece regras de funcionamento do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, no âmbito do Poder Executivo Federal;

- Instrução Normativa nº 53, de 8 de julho de 2020 (Atualizada), dispõe sobre as regras e os procedimentos para operação de crédito garantida por cessão fiduciária dos direitos de créditos decorrentes de contratos administrativos, realizadas entre o fornecedor e instituição financeira, por meio do Portal de Crédito digital, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional;
- Instrução Normativa nº 77, de 18 de março de 2020, dispõe sobre os pedidos de autorização para funcionamento de filial, agência, sucursal ou estabelecimento no País, por sociedade empresária estrangeira, bem como revoga as Instruções Normativas DREI nº7, de 5 de dezembro de 2013; 25, de 10 de setembro de 2014; 49, de 2 de outubro de 2018; e 59, de 15 de abril de 2019;
- Instrução Normativa – SLTI/MP nº 1, de 19 de janeiro de 2010, dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências;
- Portaria GM/MP nº 443/2018: Estabelece os serviços que serão preferencialmente objeto de execução indireta, em atendimento ao disposto no art. 2º do Decreto nº 9.507/2018;
- Portaria SGD/ME nº 778/2019: Dispõe sobre a implantação da Governança de TIC nos órgãos e entidades pertencentes ao SISP;

4.4. As normas jurídicas acima indicadas não eximem a Contratada da observância de outras que possam ser aplicadas a esta contratação.

Requisitos de manutenção

4.5. Considerando que a solução compreende a disponibilidade contínua de serviços de pesquisa e aconselhamento imparcial em TIC, não se aplicam requisitos de manutenção.

Requisitos temporais

4.6. Os serviços de acesso à Base de Conhecimentos providos pela contratação deverão estar disponíveis no sítio da Contratada ininterruptamente, compreendendo pesquisas especializadas, aconselhamento técnico, análises comparativas e suporte técnico.

4.7. Tendo em vista o volume de projetos e contratações em andamento, é necessário que a solução esteja disponível ainda no ano de 2024, de modo a contribuir para o sucesso dos estudos realizados e metas atribuídas para a STI.

4.8. Considerando a relevância dos serviços para implantação de iniciativas a curto e médio prazos, a solução deverá ser contratada pelo período de 24 (vinte e quatro) meses, contados a partir da data de assinatura do contrato ou emissão da nota de empenho.

4.9. Os serviços de aconselhamento imparcial por parte de especialistas e pesquisadores para prestação de orientações para atuação estratégica, tática e operacional de TIC deverão coincidir com o expediente normal diário do Contratante e serão executados mediante prévio agendamento.

4.10. Conforme previsto na Lei nº 14.133/2021, no Art. 57, § 1º, o contrato poderá ser renovado, mediante justificativa e interesse público, caso seja necessário para continuidade do serviço. Tal renovação deverá observar os limites legais e será formalizada por meio de termo aditivo, garantindo que a prestação dos serviços permaneça eficiente e alinhada às necessidades do MME.

Requisitos de segurança e privacidade

4.11. A solução e os profissionais envolvidos na sua operacionalização deverão atender plenamente às seguintes condições:

- Requisitos de segurança e procedimentos definidos para o acesso às dependências do Ministério;
- Requisitos de segurança da informação e de vedação de acesso e divulgação, conforme se aplique, a informações classificadas e privadas, bem como a informações privilegiadas, isto é, aquelas que por qualquer motivo possam vir a representar vantagem mercantil competitiva;
- Sigilo sobre iniciativas, projetos, decisões, dados e qualquer outro tipo de informação de que venham a ter conhecimento durante a execução dos serviços, não podendo divulgá-las ou utilizá-las, durante a execução dos serviços e mesmo após seu encerramento, sem a expressa autorização do Ministério.

Requisitos sociais, ambientais e culturais

4.12. Não foram identificados impactos ambientais que requeiram medidas de tratamento ou mitigadoras para sanar possíveis riscos ambientais existentes.

4.13. Durante a execução de atividades no ambiente do Contratante ou das demais instituições públicas envolvidas, os colaboradores da Contratada deverão observar, no trato com os servidores e o público em geral, a urbanidade e os bons costumes de comportamento, tais como: asseio, pontualidade, cooperação, respeito mútuo, discrição e zelo com o patrimônio público. Deverão ainda portar identificação pessoal, de acordo com as normas internas em uso no MME.

4.14. Sempre que possível, a documentação deve ser disponibilizada em idioma padrão português do Brasil.

Requisitos de arquitetura tecnológica

4.15. Considerando que a solução compreende a disponibilidade contínua de serviços de pesquisa e aconselhamento imparcial em TIC, não se aplicam requisitos específicos de arquitetura tecnológica.

4.16. Entretanto, ao realizar o aconselhamento imparcial a Contratada deverá deter conhecimento mínimo da arquitetura tecnológica do Contratante e, quando se aplique, aprofundado das tecnologias que a compõem.

Requisitos de projeto e de implementação

4.17. Não se aplicam para a Solução em questão, uma vez que o atendimento não demandará qualquer tipo de projeto ou ato específico de implementação desses requisitos para as partes.

Requisitos de Implantação

4.18. Considerando que a solução compreende a disponibilidade contínua de serviços de pesquisa e aconselhamento imparcial em TIC, não se aplicam requisitos de implantação, sendo necessário tão-somente que a Contratada disponibilize as licenças, os acessos e os mecanismos de agendamentos requeridos para a escoreta prestação.

Requisitos de garantia e manutenção

4.19. Considerando que a solução compreende a disponibilidade contínua de serviços de pesquisa e aconselhamento imparcial em TIC, a Contratada deverá garantir o acesso ininterrupto durante todo o período de vigência do contrato às informações disponibilizadas na rede mundial.

4.20. Os serviços devem assegurar a funcionalidade plena da solução, bem como a disponibilidade das informações e do agendamento necessário no caso de aconselhamento imparcial por especialistas e/ou pesquisadores.

4.21. Os requisitos incluem:

- Garantia de acesso ininterrupto à base de conhecimento e aos serviços associados;
- Implementação de mecanismos para rápida restauração do serviço em caso de falhas técnicas ou indisponibilidade;
- Disponibilidade de suporte técnico especializado para resolução de dúvidas e problemas de operação;
- Notificação prévia sobre mudanças significativas que possam impactar o uso da solução, acompanhada de orientações sobre as alterações.

4.22. Esses requisitos visam garantir a continuidade e a eficiência do serviço contratado, proporcionando segurança e suporte para as atividades desenvolvidas pelo MME.

Requisitos de experiência profissional da equipe

4.23. Os serviços de aconselhamento imparcial deverão ser realizados por profissionais que possuam habilidades, competências e formação adequadas nas disciplinas da área de TIC objetos de análise técnica e tecnológica, e conhecimento do seu estado da arte para subsidiar políticas para fins de inovação.

4.24. Habilidades técnicas específicas:

- Proficiência em metodologias reconhecidas internacionalmente para análise de tendências, prognósticos, avaliação de produtos e fornecedores no setor de TIC;
- Capacidade técnica para fornecer recomendações baseadas em estudos imparciais e comparativos;
- Experiência em atendimento direto a gestores e especialistas, com habilidade para interpretar demandas específicas e propor soluções práticas;
- Disponibilidade para acompanhamento periódico ou contínuo, garantindo respostas ágeis e resolutivas;
- Habilidade para interagir de forma colaborativa com equipes de diferentes especialidades, assegurando a integração e a qualidade das análises e resultados.

4.25. Esses requisitos visam garantir que a equipe técnica envolvida na prestação dos serviços tenha competência e experiência compatíveis com a complexidade do objeto contratado. A especialização técnica e o domínio de metodologias reconhecidas são fundamentais para atender às necessidades estratégicas do Ministério.

Requisito de formação da equipe

4.26. A formação dos profissionais encarregados da prestação dos serviços deverá compreender habilidades e competências relacionadas à área de Tecnologia da Informação (TI), comprovadas por meio curriculum que contenha elementos verificáveis.

4.27. Aptidões técnicas e práticas:

- Habilidades comprovadas em pesquisa técnica, elaboração de relatórios e interpretação de dados estratégicos relacionados a TIC;
- Facilidade de comunicação e capacidade de expressão didática de conceitos complexos;
- Capacidade de aplicar ferramentas e metodologias reconhecidas e modernas na execução das atividades contratadas.

4.28. Conhecimento específico em aconselhamento técnico:

- Experiência acadêmica ou prática em áreas que exijam análise imparcial e prognósticos tecnológicos;
- Formação orientada para práticas de consultoria e aconselhamento técnico direcionado às necessidades dos setores público e privado.

Requisitos de metodologia de trabalho

4.29. A metodologia de trabalho aplicada na prestação dos serviços deve-se basear em práticas reconhecidas internacionalmente, garantindo organização, eficiência e qualidade na entrega dos resultados esperados.

4.30. Esses requisitos incluem:

- Utilização de metodologias formais e testadas para a análise de tendências tecnológicas, avaliação de fornecedores e prognósticos estratégicos;
- Garantia de imparcialidade na condução das análises e nas recomendações oferecidas, assegurando decisões baseadas em dados confiáveis;
- Planejamento e Execução: elaboração de planos detalhados para cada etapa do serviço, com cronogramas claros e objetivos definidos, quando for o caso;
- Disponibilização de canais de comunicação eficazes e contínuos entre a equipe de prestadores de serviço e os representantes do Ministério;
- Apresentação de relatórios técnicos detalhados, contendo análises, prognósticos e recomendações específicas para as necessidades do Ministério;
- Fornecimento de artefatos entregáveis em formatos acessíveis e estruturados, permitindo fácil compreensão e aplicação prática;
- Adaptação das metodologias às especificidades do Ministério, garantindo que os serviços atendam plenamente às necessidades estratégicas e operacionais;
- Capacidade de ajustar o planejamento e a execução do trabalho em resposta a novas demandas ou mudanças no escopo de demandas em andamento.

4.31. Esses requisitos metodológicos são essenciais para assegurar que o serviço contratado seja realizado com eficiência, transparência e alinhamento às diretrizes institucionais, garantindo a entrega de resultados de alto valor agregado.

Requisitos de Segurança da Informação e Privacidade (SIP)

4.32. A Contratada deve manter seu ambiente e sistema de gestão devidamente atualizado para que eventuais vulnerabilidades não prejudiquem a disponibilidade da solução de TIC contratada.

4.33. A fim de evitar o vazamento de dados e fraudes digitais:

- A solução deverá atender aos princípios e procedimentos elencados na Política de Segurança da Informação do Contratante, bem como Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).
- É vedado o repasse de todas e quaisquer informações, imagens, aplicativos e documentos disponibilizados pelo Contratante ou oriundos de informações que forem propriedade do Contratante que forem acessados, manuseados ou utilizados no âmbito desta contratação, não podendo ser repassadas, copiadas, alteradas ou absorvidas na relação de bens da contratada, bem como de seus executores, sem expressa autorização do primeiro.

4.34. Será considerado ilícita a divulgação, o repasse ou a utilização indevida de informações, bem como dos documentos, imagens, gravações e informações utilizados durante a prestação dos serviços.

4.35. A empresa obriga-se a dar ciência ao Contratante, imediatamente e por escrito, sobre qualquer anormalidade que verificar na prestação dos serviços, especialmente no caso de acesso indevido a informações sensíveis.

4.36. A empresa deverá guardar inteiro sigilo dos dados processados, reconhecendo serem estes de propriedade exclusiva do Contratante, sendo vedada à licitante sua cessão, locação ou venda a terceiros sem prévia autorização formal do Contratante.

4.37. A empresa deverá manter sigilo, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, sobre todo e qualquer assunto de interesse do Contratante ou de terceiros de que tomar conhecimento em razão da execução do contrato, respeitando todos os critérios estabelecidos aplicáveis aos dados, informações, regras de negócios, documentos, entre outros.

4.38. A empresa deverá manter sigilo absoluto sobre quaisquer dados, informações, códigos-fonte ou artefatos contidos em quaisquer documentos e mídias, incluindo os equipamentos e seus meios de armazenamento, e o que lhe for transferido por meio de canal de conectividade, de que venha a ter conhecimento durante a execução dos trabalhos de aconselhamento imparcial, e demais mecanismos de execução dos serviços, não podendo, sob qualquer pretexto divulgar, reproduzir ou utilizar, sob pena de lei, independentemente da classificação de sigilo conferida pelo Contratante a tais documentos.

4.39. A empresa deverá observar, rigorosamente, todas as normas e procedimentos de segurança implementados no ambiente de Tecnologia da Informação do Contratante.

4.40. A empresa não poderá indicar profissionais para execução dos serviços com características e/ou antecedentes que possam comprometer a segurança ou credibilidade do Contratante.

4.41. A empresa deverá dar ciência e providenciar os mecanismos que julgar necessários para que seus empregados cumpram as normas e procedimentos de segurança da informação instituídos pelo Contratante.

4.42. A empresa deverá seguir as normas, padrões e regulamentos de segurança da informação expressos na política de segurança do Contratante.

4.43. A empresa deverá atuar em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados, e suas respectivas alterações posteriores (a exemplo da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018) e com as determinações de órgãos reguladores e fiscalizadores sobre a matéria.

4.44. O representante legal da Contratada deverá assinar Termo de Compromisso e Manutenção de Sigilo, contendo declaração de manutenção de sigilo e respeito às normas de segurança vigentes nos ambientes do Contratante.

4.45. Os colaboradores da Contratada diretamente envolvidos na prestação dos serviços deverão assinar Termo de Ciência das condições de manutenção de sigilo e respeito às normas de segurança vigentes nos ambientes do Contratante, sem prejuízo da responsabilidade da empresa por eventual descumprimento por quaisquer de seus colaboradores das normas e procedimentos de segurança da informação instituídos pelo Contratante.

4.46. A contratação não autoriza acesso pela Contratada a dados institucionais ou pessoais eventualmente armazenados no ambiente computacional do Contratante, a não ser que por alguma necessidade referente à solução Contratada o acesso seja explicitamente autorizado pela autoridade máxima da Área de TI.

4.47. A Contratada deverá eliminar riscos de eventual acesso não autorizado à rede computacional e seu tráfego, observando as normas e condições relativas à segurança da informação e privacidade de dados pessoais vigentes.

4.48. As redes de comunicação devem possibilitar o registro de logs e a rastreabilidade de execução de atividades no sistema de modo a viabilizar a realização de auditorias.

4.49. A comunicação deve utilizar-se de controles criptográficos a fim de proteger o tráfego de dados e transações.

Vistoria

4.50. Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços.

Sustentabilidade

4.51. Não foram identificados impactos ambientais que requeiram medidas de tratamento ou mitigadoras para sanar possíveis riscos ambientais existentes. Pelo contrário, a presente contratação, na modalidade on-line, irá corroborar pela economia de recursos materiais, minimizando a ocorrência de possíveis impactos ambientais.

4.52. Ademais, o objeto da contratação não necessita de logística reversa de produtos, posto que o Contratante não utilizar-se-á de equipamentos da Contratada sob sua responsabilidade que possam gerar descarte de peças defeituosas, de embalagens, de recipientes ou de qualquer outro produto que possa ocasionar impacto ambiental relevante (nos termos do Decreto nº 10.936/2022) ou que necessite de qualquer política de acessibilidade que já não esteja contemplada no seu ambiente.

Indicação de marcas ou modelos (Art. 41, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021)

4.53. Não se aplica a excepcionalidade do artigo 41 da Lei 14.133/2021 concernente à indicação de marcas, características ou modelos, por não tratar-se o objeto do fornecimento de bens.

Da exigência de carta de solidariedade

4.54. Não será exigida carta de solidariedade emitida pelo fabricante para assegurar a execução do contrato.

Subcontratação

4.55. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.59. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor anual do contrato, em condições descritas nas cláusulas contratuais.

4.60. Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

4.61. A garantia, nas modalidades caução e fiança bancária, deverá ser prestada em até 10 dias úteis após a assinatura do contrato;

4.62. O contrato oferecerá maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação

Papéis e responsabilidades

4.63. São obrigações do Contratante:

- Nomear Gestor e Fiscais Técnico, Administrativo e Requisitante do contrato para acompanhar e fiscalizar a sua execução;
- Encaminhar formalmente a demanda por meio de Ordem de Serviço, de acordo com os critérios estabelecidos neste Termo de Referência;
- Receber o objeto fornecido pela Contratada, que esteja em conformidade com a proposta aceita, conforme inspeções realizadas;
- Aplicar à Contratada as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis, comunicando ao órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços, quando aplicável;
- Liquidar o empenho e efetuar o pagamento à Contratada, dentro dos prazos preestabelecidos em contrato;
- Comunicar à Contratada todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o fornecimento da solução de TIC;
- Definir produtividade ou capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC por parte da Contratada, com base em pesquisas de mercado, quando aplicável;
- Definir quais direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC, sobre os diversos artefatos e produtos cuja criação ou alteração seja objeto da relação contratual, pertencem à Administração, incluindo a documentação, o código-fonte de aplicações, os modelos de dados e as bases de dados, justificando os casos em que isso não ocorrer;
- As obrigações descritas nesta seção não eximem o cumprimento de outras obrigações aplicáveis derivadas de normas jurídicas de natureza constitucional, supralegal, legal e infralegal, que sejam pertinentes ao escopo do presente contrato.

4.64. São obrigações da Contratada:

- Indicar formalmente preposto apto a representá-la junto ao Contratante, que deverá responder pela fiel execução do contrato;
- Atender prontamente quaisquer orientações e exigências da Equipe de Fiscalização do Contrato (EFC), inerentes à execução do objeto contratual;
- Reparar quaisquer danos diretamente causados ao Contratante ou a terceiros por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou colaboradores, em decorrência da relação contratual, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução dos serviços pelo Contratante;
- Propiciar todos os meios necessários à fiscalização do contrato pelo Contratante, cujo representante terá poderes para sustar o fornecimento, total ou parcial, em qualquer tempo, desde que motivadas as causas e justificativas desta decisão;
- Manter, durante toda a execução do contrato, as mesmas condições da habilitação;
- Manter, durante a execução do contrato, equipe técnica composta por profissionais devidamente habilitados, treinados e qualificados para fornecimento da solução de TIC;
- Quando especificado, manter a produtividade ou a capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC durante a execução do contrato;
- Ceder os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos produzidos em decorrência da relação contratual, incluindo a documentação, os modelos de dados e as bases de dados à Administração;
- Fazer a transição contratual, quando for o caso;
- As obrigações descritas nesta seção não eximem o cumprimento de outras obrigações aplicáveis derivadas de normas jurídicas de natureza constitucional, supralegal, legal e infralegal, que sejam pertinentes ao escopo do presente contrato.

5. Modelo de execução do objeto

Condições de execução

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

- Início da execução do objeto: em até 10 (dez) dias corridos ou no prazo definido em Ordem de Serviço (OS) expedida pelo Contratante, a contar do recebimento pela Contratada.

5.2. Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho:

- Uma vez solicitado o serviço ou entrega de artefatos, a Contratada deverá alocar recursos e profissionais, conforme definições contratuais, em número suficiente ao atendimento da demanda;
- As OSs serão utilizadas como instrumento de controle de execução e prazo da subscrição do serviço.
- Estas serão emitidas por subscrições específicas, segundo prioridades e critérios de racionalidade, economicidade e adequação às necessidades do Contratante.

5.3. Cronograma de realização dos serviços:

- Conforme emissão e definição das OSs;
- As etapas de execução serão formalmente iniciadas conforme cronograma definido na própria OS ou em seus anexos, a partir do recebimento pela Contratada e encerradas pelo Contratante após concluídos os serviços e entregas relacionados na mesma.

Local e horário da prestação dos serviços

5.4. Os serviços serão prestados nos horários fixados nas OSs.

5.5. Os serviços serão prestados predominantemente de forma remota.

5.6. Em caso de prestação presencial com agendamento prévio, a execução dar-se-á preferencialmente na sede do Contratante, localizada na Esplanada dos Ministérios, Bloco U - Brasília - DF (o endereço está sujeito a alterações devido a eventuais mudanças de sede, ampliações e outras questões operacionais).

5.7. Os custos com deslocamentos ocorrerão por conta da Contratada e não são reembolsáveis pelo Contratante.

Rotinas a serem cumpridas

5.8. A Contratada deverá observar e cumprir as seguintes rotinas durante a execução do contrato:

- Assegurar que o acesso à base de conhecimentos e pesquisas em TIC seja contínuo e irrestrito, conforme estabelecido no objeto do contrato;
- Fornecer relatórios periódicos (mensais, trimestrais etc.), conforme solicitado pelo Contratante, contendo uma síntese das principais pesquisas, tendências e prognósticos mais relevantes para a área de TIC;
- Disponibilizar, dentre outros exigidos ou autorizados pelo Contratante, acesso por voz e/ou videoconferência ilimitado aos usuários, garantindo que o suporte técnico e o aconselhamento sejam prestados em tempo hábil, conforme as necessidades estratégicas, táticas e operacionais do Contratante, respeitadas as regras de uso da Contratada;
- Cumprir quaisquer outras rotinas ou procedimentos estabelecidos pelo Contratante que sejam necessários para a plena execução do contrato, desde que comunicados com antecedência razoável, e desde que não extrapolem o escopo do Contrato;
- Manter a conformidade com todas as obrigações contratuais, conforme previsto no contrato.

Materiais a serem disponibilizados

5.9. Para a perfeita execução do objeto contratual, a Contratada deverá disponibilizar, no que couber, acessos necessários, nas quantidades estimadas e qualidades estabelecidas neste Termo de Referência (TR) e em seus anexos, promovendo sua atualização, quando necessário.

5.10. A Contratada deverá disponibilizar a relação dos atendimentos e atividades consolidados do mês, contendo todas as informações e detalhamentos relativos ao serviço prestado.

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

5.11. A demanda do Contratante tem como base as seguintes características:

- Escopo do serviço: objeto do contrato envolve a prestação de serviços técnicos especializados de pesquisa e aconselhamento imparcial na área de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), conforme descrito no item 1 do presente TR;
- Quantidade e complexidade de pesquisas: a base de conhecimentos deve incluir um amplo conjunto de pesquisas primárias, cenários comparativos e interpretação de tendências. A contratada deverá considerar a necessidade de atualizações frequentes e a complexidade dos temas abordados, abrangendo desde aspectos técnicos táticos e operacionais até estratégicos na área de TIC;

- Acesso por voz ilimitado: o serviço contratado deve incluir o acesso telefônico ou por outro canal de voz e/ou imagem ilimitado aos pesquisadores responsáveis pela confecção das pesquisas e prognósticos, disponível para diferentes níveis de atuação (estratégico, tático e operacional). A contratada deverá dimensionar a disponibilidade de seus profissionais de acordo com a demanda planejada pelo Contratante;
- Infraestrutura e suporte técnico: a proposta deve contemplar a infraestrutura necessária para garantir a disponibilidade contínua e irrestrita da base de conhecimentos, incluindo suporte técnico em tempo real para resolução de eventuais problemas de acesso ou de funcionamento da plataforma, respeitadas as regras de uso da Contratada;
- Capacidade de atendimento: a contratada deve assegurar que possui a capacidade técnica e operacional para atender às demandas do Contratante, considerando o volume de acessos e a necessidade de personalização dos serviços para diferentes perfis de usuários (estratégico, tático e operacional);
- Prazo de execução: o prazo para início e execução dos serviços será no cronograma de execução do contrato. A proposta deve detalhar a capacidade da Contratada de atender ao cronograma estipulado, incluindo prazos para disponibilização inicial e para as requisições de conteúdo específico;
- Compliance e garantias: a proposta deve considerar a conformidade com todas as normas legais aplicáveis, bem como as garantias exigidas pelo Contratante para assegurar a qualidade e a continuidade dos serviços prestados;
- A Contratada deverá observar todas as disposições constantes neste Termo de Referência, sem prejuízo da observância de todos os preceitos constitucionais, supraleais, legais e infralegais pertinentes ao universo do presente objeto contratual.
- Apesar dos serviços serem prestados predominantemente “online”, a empresa deverá prever custos com possíveis deslocamentos até as dependências do Contratante para realização de reuniões específicas de aconselhamento imparcial com especialistas previamente agendadas.

Especificação da garantia do serviço (art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021)

5.12. O prazo de garantia do objeto contratual será a duração da vigência contratual, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à prestação do serviço.

Formas de transferência de conhecimento

5.13. A transferência de conhecimentos deverá abranger:

- Realização de reuniões e/ou treinamentos para capacitar os servidores na utilização das plataformas, ferramentas e relatórios fornecidos pela Gartner. Essas sessões poderão ser realizadas de forma presencial ou remota, conforme a conveniência das partes, e deverão contemplar a resolução de dúvidas sobre as melhores práticas de aplicação dos estudos e insights estratégicos;
- Entrega de materiais de suporte, como guias de utilização, resumos de relatórios e templates de análise estratégica, para facilitar a disseminação do conhecimento dentro do MME. Os documentos deverão ser disponibilizados, preferencialmente, em formato eletrônico.
- Organização de workshops com foco em tópicos de relevância para o Contratante, previamente definidos em conjunto, como tendências tecnológicas, estratégias de inovação, gestão de projetos em TIC, entre outros. Os workshops deverão incluir discussões práticas baseadas em estudos de caso apresentados pela contratada;
- Disponibilização de especialistas da contratada para esclarecimento de dúvidas técnicas e orientação na aplicação dos conceitos e metodologias sugeridos, por meio de atendimento remoto ou presencial;
- Elaboração de relatórios periódicos destacando os resultados alcançados a partir do uso das informações e aconselhamentos fornecidos, permitindo a avaliação contínua do impacto do serviço;
- Participação, em quantidade anual definida de acordo com os itens licenciados, em eventos promovidos no Brasil ou no exterior, para apresentação e discussão de tendências da área de TIC com foco no nível executivo;
- Gestores do Contratante deverão, de acordo com os itens licenciados, ter acesso a fóruns de debate e encontros específicos, promovidos no Brasil, destinados a profissionais de nível executivo;
- A solução não compreende eventuais despesas de deslocamento e hospedagem necessárias à participação da equipe do MME nestes eventos.

Procedimentos de transição e finalização do contrato

5.14. Os procedimentos de transição e finalização do contrato constituem-se das seguintes etapas:

- A Contratada deverá continuar prestando o serviço regularmente até o término efetivo da OS, atendendo as demandas restantes e efetuando a transferência de conhecimento dessas demandas para a equipe do Contratante.

Quantidade mínima de serviços para comparação e controle

5.15. Cada OS deverá especificar o detalhamento do serviço a ser entregue e o prazo de execução, assegurando parâmetros claros para fins de comparação e controle.

Mecanismos formais de comunicação

5.16. Ordem de Serviço (OS):

- Emissor: Contratante;
- Destinatária: Contratada;
- Finalidade: Demandar à Contratada a prestação de serviço
- Forma de Comunicação: Expedida pelo Gestor do contrato para o Preposto da Contratada.

5.17. Relatórios de Serviços (RS):

- Emissora: Contratada;
- Destinatário: Contratante;
- Finalidade: Apresentação dos serviços executados para aprovação e posterior recebimento definitivo, nos termos e condições estabelecidos neste TR;
- Forma de Comunicação: Encaminhado pelo Preposto da Contratada para a EFC, acompanhado dos demais documentos exigidos, conforme definições deste TR e seus apêndices.

5.18. Termo de Recebimento Provisório (TRP):

- Emissor: Contratante;
- Destinatária: Contratada;
- Finalidade: Declaração formal de que a documentação relativa aos serviços prestados vinculados a determinada OS foram entregues para avaliação de qualidade;
- Forma de Comunicação: Expedido pelo Fiscal Técnico do contrato para o Preposto da Contratada.

5.19. Termo de Recebimento Definitivo (TRD):

- Emissor: Contratante;
- Destinatária: Contratada;
- Finalidade: Declaração formal de que os serviços prestados atendem aos requisitos estabelecidos no contrato;
- Forma de Comunicação: Expedido pelo Gestor do contrato para o Preposto da Contratada.

5.20. Autorização de Faturamento (AuF):

- Emissora: Contratante;
- Destinatário: Contratada;
- Finalidade: Documento que autoriza a Contratada a emitir nota fiscal no valor autorizado pelo Gestor do Contrato;
- Forma de Comunicação: Expedida pelo Contratante ao Preposto.

5.21. Nota Fiscal (NF):

- Emissora: Contratada;
- Destinatário: Contratante;
- Finalidade: Documento fiscal que registra o valor correspondente à prestação pecuniária entre as partes, necessário ao pagamento pela execução dos serviços referentes ao objeto contratual;
- Forma de Comunicação: Expedida pela Contratada ao Gestor ou Fiscal Administrativo do contrato

5.22. Ata de Reunião (AR):

- Emissor: Contratada ou Contratante
- Destinatário: Contratante ou Contratada;

- Finalidade: Relato de esclarecimentos, tratativas e compromissos acessórios ao contrato admitidas em reunião, de comum acordo entre as partes;
- Forma de Comunicação: Enviado na forma eletrônica (via SEI ou por e-mail) ou entregue em mãos (a juízo do Contratante) pelos/aos responsáveis pela execução e fiscalização contratuais, conforme o caso, para assinatura dos participantes da reunião.

5.23. As demais comunicações necessárias não contempladas pelos mecanismos acima apresentados dar-se-ão na forma de ofícios expedidos pelo Contratante à Contratada e correspondências formais da Contratada ao Contratante;

5.24. Em atenção às diretrizes de sustentabilidade ambiental praticadas e fomentadas na Administração Pública Federal (APF), toda a comunicação dar-se-á preferencialmente na forma eletrônica, desde que satisfeitas as condições pertinentes quanto à segurança da informação (confidencialidade, integridade, disponibilidade e autenticidade), mormente o sistema de controle de processos administrativos que esteja em uso no Contratante - atualmente o SEI (Sistema Eletrônico de Informações) -, admitindo-se também a comunicação por e-mail, quando conveniente;

5.25. A critério do Contratante, poderá ser utilizado outro sistema automatizado para controle do contrato que implemente os mecanismos de execução de OSs e, conseqüentemente, todos ou parte dos mecanismos apresentados nesta subseção.

Formas de pagamento

5.26. Os critérios de medição e pagamento serão tratados em tópico próprio do Modelo de Gestão do Contrato.

Manutenção de sigilo e normas de segurança

5.27. A Contratada deverá manter sigilo absoluto sobre quaisquer dados e informações contidos em quaisquer documentos e mídias, incluindo os equipamentos e seus meios de armazenamento, de que venha a ter conhecimento durante a execução do objeto contratual, não podendo, sob qualquer pretexto, divulgar, reproduzir ou utilizar, sob pena de lei, independentemente da classificação de sigilo conferida pelo Contratante a tais documentos;

5.28. O Termo de Compromisso e Manutenção de Sigilo, contendo Declaração de Manutenção de Sigilo e respeito às normas de segurança vigentes no órgão, a ser assinado pelo representante legal da Contratada, e Termo de Ciência, a ser assinado por todos os empregados da Contratada diretamente envolvidos na contratação, encontram-se no Anexo “Modelos de Documentos Padronizados” deste TR

6. Modelo de gestão do contrato

Execução e acompanhamento

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da legislação pertinente, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial;

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila;

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a Contratada devem ser realizadas por escrito nos termos da seção anterior (Modelo de Execução) sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim;

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

Preposto

6.5. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado;

6.6. A Contratada deverá manter preposto disponível, o qual será responsável por acompanhar a execução do contrato e atuar como interlocutor principal junto ao Contratante, incumbido de receber, diligenciar, encaminhar e responder as principais questões técnicas, legais e administrativas referentes ao andamento contratual, conforme definido no inciso VI, do art. 2º, da IN SGD/ME nº 94/2022;

6.7. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão, ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

Reunião Inicial

6.8. Após a assinatura do contrato e a nomeação da Equipe de Fiscalização (EFC), composta pelo Gestor e Fiscais do Contrato, será realizada a Reunião Inicial de alinhamento visando nivelar os entendimentos acerca das condições estabelecidas no contrato, edital e seus anexos, definir detalhes quanto à implantação dos serviços e esclarecer possíveis dúvidas acerca da sua execução;

6.9. A reunião inicial será realizada consoante o previsto no inciso I, do art. 31, da IN SGD/ME nº 94, de 2022, e ocorrerá em até 10 (dez) dias da assinatura do contrato, podendo ser prorrogada a critério do Contratante.

6.10. A pauta desta reunião observará, pelo menos:

- Presença do representante legal da Contratada, que apresentará o seu preposto;
- Entrega, por parte da Contratada, do Termo de Compromisso e dos Termos de Ciência; Esclarecimentos relativos a questões operacionais, administrativas e de gestão do contrato;
- A Carta de apresentação do preposto deverá conter no mínimo o nome completo, CPF e informações para contato específico do funcionário da empresa designado;

Fiscalização

6.11. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pela EFC ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

6.12. O Fiscal Técnico acompanhará a execução do contrato, para serem cumpridas todas as condições técnicas estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

6.13. O Fiscal Técnico anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à sua execução, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

6.14. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o Fiscal Técnico emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para as devidas correções. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

6.15. O Fiscal Técnico do contrato informará ao Gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV);

6.16. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o Fiscal Técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao Gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V);

6.17. O Fiscal Técnico do contrato comunicará ao Gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

Fiscalização Administrativa

6.18. O Fiscal Administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamentos e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, quando necessário. (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022);

6.19. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o Fiscal Administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao Gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

6.20. Além do disposto acima, a fiscalização contratual administrativa obedecerá às seguintes rotinas:

- Fiscalização e acompanhamento contínuos de todas as obrigações e cumprimentos de prazos ao longo da vigência contratual;
- Participação na Reunião de Alinhamento Inicial e demais reuniões de alinhamento e acompanhamento;
- Prestação de todas as informações, apoio técnico e administrativo ao Gestor do Contrato durante toda sua vigência.

Gestão do Contrato

6.21. O Gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato, compreendendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV);

6.22. O Gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior aquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II);

6.23. O Gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III);

6.24. O Gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setoriais quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pela contratada, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII);

6.25. O Gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente, ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X);

6.26. O Gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI);

6.27. O Gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão, segundo os termos do contrato.

7. Critérios de medição e pagamento

NÍVEIS MÍNIMOS DE SERVIÇO EXIGIDOS

7.1. A contratada deverá liberar os acessos aos serviços contratados para os usuários em até 10 (dez) dias, a contar da data reunião inicial prevista na seção anterior. A partir da liberação dos serviços, as licenças deverão permanecer disponíveis durante todo o período de vigência contratual.

7.2. O acesso às bases de conhecimento deverá obedecer ao regime 24x7, durante toda a vigência contratual.

- A apuração dos níveis de serviço não considerará os períodos de indisponibilidades justificadas, que podem decorrer de Períodos de interrupção previamente acordados e Casos Fortuitos ou Força Maior.

7.3. Quando da necessidade de reunião (presencial ou remota), o respectivo agendamento deverá ser confirmado (efetivado) em até dois dias úteis, por meio do mesmo mecanismo de comunicação da solicitação.

7.4. Em relação às consultas ("inquiry") ao Gartner: Para as demandas dos Correios ao Gartner Group, referentes a "inquiries", os prazos de respostas inicial e adicional deverão ser de até 5 (cinco) dias úteis.

- O prazo de resposta adicional refere-se ao tempo necessário para informar à contratante sobre o recebimento de interações adicionais, as quais são necessárias para complementar informações e aprofundar o entendimento de uma "inquiry" que já está em andamento junto à contratada.

7.5. Caso a consulta envolva um assunto complexo, devidamente justificado, o prazo de atendimento e respostas adicionais poderá ser agendado em comum acordo, considerando a disponibilidade do Gartner e as necessidades dos Correios.

7.6. Em relação à alteração de usuário nomeado: Durante a vigência do contrato, os Correios poderão solicitar a alteração do usuário nomeado, conforme sua conveniência. O Gartner deverá atender a essa solicitação dentro de um prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis.

Indicadores de Níveis de Serviços (INS)

7.7. Os indicadores de níveis de serviços do contrato e as respectivas metas e descontos previstos em caso de não atendimento da qualidade esperada. Serão adotados os seguintes indicadores de resultado para aferição da qualidade dos serviços postos a utilização:

- **Indicador de Disponibilidade de Serviços (IDS).** Mede a Disponibilização do acesso ao serviço.
 - **Instrumento de medição:** Eventos de indisponibilidade não programada no acesso dos serviços registrados pela Contratante
 - **Meta:** garantir a disponibilidade mínima de 98% (noventa e oito) por cento de acesso às suas informações durante os períodos de 24h/7d (vinte e quatro horas em sete dias da semana), excluindo-se os períodos de manutenção pré-programada e informada pela empresa.
 - **Forma de acompanhamento:** Mediante Relatório de Serviço ou autogestão através de disponibilização, pela CONTRATADA, à website que permita obtenção de informações on-line
 - **Periodicidade:** Mensal
 - **Mecanismo de Cálculo:** Registro do tempo de serviço indisponível no Relatório Mensal
 - **Glosas:**
 - Atraso na disponibilização dos serviços de acesso ao portal (base de conhecimento): Glosa de 1% (um por cento) sobre o valor mensal do contrato, por dia de atraso, na disponibilização dos serviços.
 - Interrupções não programadas do acesso à base de conhecimentos acima de 2 (duas) horas até o limite de 48 (quarenta e oito) horas, consecutivas ou não, no mês de apuração: Glosa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por hora, sobre o valor da parcela mensal do contrato.
 - Interrupções não programadas do acesso à base de conhecimento superiores a 48 (quarenta e oito) horas, consecutivas ou não, no mês de apuração: Glosa de 10% (dez por cento), sobre o valor da parcela mensal do contrato.
- **Indicador de Tempo de Atendimento (ITA).** Mede às solicitações de pesquisa e aconselhamento aos Analistas Gartner e Consultas aos analistas da CONTRATADA.
 - **Instrumento de Medição:** Aferição do tempo de retorno aos pedidos de agendamento de reunião
 - **Meta:** ITA => 90% - assegurar que os as solicitações para agendamento de reunião com analistas sejam atendidos dentro do prazo de início e fim de atendimento.
 - **Forma de acompanhamento:** Cálculo do prazo de Registro/Resposta de cada solicitação de atendimento em relação ao Nível de Serviço.
 - **Mecanismo de Cálculo:**
 - $ITA = (QAP/QTA) \times 100$
QAP = Quantidade de solicitações atendidas dentro do Prazo
QTA = Quantidade total de solicitações atendidas
 - **Glosas**
 - Para os valores iguais ou superiores a 90% - pagamento integral da OS (Ordem de Serviço) ;
 - De 84% a 89,99% - Glosa de 1,5% sobre o valor da OS;
 - De 78% a 83,99% - Glosa de 3% sobre o valor da OS;
 - De 72% a 77,99% - Glosa de 5% sobre o valor da OS

- Caso não tenha sido gerada nenhuma demanda pelo MME durante o período, será considerado o valor 0 (zero).
- Se um analista específico for solicitado pela CONTRATANTE para realizar a consulta e não estiver disponível, os parâmetros acima não serão contabilizados.

7.7.1. Eventuais glosas previstas na tabela de INS serão aplicadas diretamente sobre os valores previstos nas OSs mensais e discriminadas nos respectivos Termos de Recebimento Definitivo e autorização para faturamento, de forma que as notas fiscais correspondentes serão emitidas no valor definitivo.

Mecanismos de recebimento

7.8. Os serviços serão recebidos provisoriamente no prazo de até 5 (cinco) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo (Art. 140, I, “a”, da Lei nº 14.133, de 2021 e Arts. 22, X e 23, VII, do Decreto nº 11.246, de 2022);

7.8.1. O prazo da disposição acima será contado do recebimento da documentação enviada pela Contratada com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.9. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico (Art. 22, X, Decreto nº 11.246, de 2022);

7.10. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo (Art. 23, X, Decreto nº 11.246, de 2022);

7.11. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo;

7.12. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à Contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;

7.13. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último;

7.14. A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou entregas, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório;

7.15. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021);

7.16. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os serviços solicitados e à entrega dos relatórios e demais artefatos exigíveis;

7.17. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta da contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades;

7.19. Os serviços serão recebidos definitivamente pela EFC no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade dos serviços demandados na OS e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.20. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pela Contratada, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (art. 21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022);

- Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à Contratada, por escrito, as respectivas correções;
- Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios, artefatos e demais documentos apresentados;
- Comunicar à empresa para que emita a nota fiscal ou fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização;
- Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela EFC.
- No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de nota fiscal no que concerne à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento;

7.21. Nenhum prazo de recebimento correrá enquanto a solução de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança estiverem pendentes;

7.22. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a Contratada da responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato

Procedimentos de Teste e Inspeção

7.23. Serão adotados como procedimentos de teste e inspeção, para fins de elaboração dos Termos de Recebimento Provisório e Definitivo:

7.23.1. A verificação da conformidade da prestação dos serviços e entregas efetuadas, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão realizados pela EFC, na forma da legislação vigente;

7.23.2. A EFC deverá possuir a qualificação necessária ao acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato;

7.23.3. A verificação da adequação da conformidade dos serviços deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência;

7.23.4. O representante do Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme legislação vigente;

7.23.5. O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará na aplicação de sanções administrativas previstas neste TR e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 139 e 155 da Lei 14.133/2021;

7.23.6. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática;

7.23.7. Durante a execução do objeto, será monitorado, constantemente, o nível de qualidade dos serviços, devendo a EFC intervir para requerer à Contratada a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

7.23.8. A Contratada poderá apresentar justificativa para a execução do objeto com menor nível de qualidade, que poderá ser aceita pela EFC, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

Sanções administrativas e procedimentos para retenção ou glosa no pagamento

7.24. Nos termos do art. 19, inciso III da IN SGD/ME nº 94/2022, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, nos casos em que o contratado:

- não atingir os valores mínimos aceitáveis fixados nos critérios de aceitação;
- não produzir os resultados ou deixar de executar as atividades contratadas; ou
- deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para fornecimento da solução de TIC, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.25. Nos casos de inadimplemento na execução do objeto, as ocorrências serão registradas pelo Contratante conforme as definições a seguir, sujeitando-se a Contratada a penalidades decorrentes de falhas de qualidade na prestação dos serviços e inconformidades em relação às cláusulas contratuais.

7.26. Eventuais ocorrências de descumprimentos de níveis de serviços (NMSs) estabelecidos neste Termo de Referência serão objeto de advertência à Contratada, e seu descumprimento reiterado enseja a aplicação de outras penalidades, conforme definido na presente seção.

7.27. Sujeita-se portanto a Contratada a penalidades motivadas por desatendimento reiterado de INSs e por descumprimento de cláusulas contratuais nos termos da tabela a seguir, sem prejuízo das demais sanções previstas na legislação pertinente:

Quadro de Penalidades previstas por descumprimento das condições contratuais

Nº	Ocorrência	Sanção / Glosa
1	Deixar de comparecer injustificadamente a reuniões agendadas.	Advertência. Em caso de reincidência, aplicar-se-á multa de 1% sobre o valor da OS do mês de referência por ocorrência, limitada a 10%.
2	Atraso em relação ao prazo previsto para o início da execução contratual (acessos operantes), até o limite de 30 dias.	Multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) do valor total do contrato por dia de atraso, limitada a 10%.
3	Incidir nas hipóteses previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021.	Advertência. Multa de 5% aplicada sobre o valor total do contrato, além do impedimento e descredenciamento previstos no dispositivo pelo prazo máximo admitido.
4	Descumprimento dos níveis de serviços do mesmo indicador	Conforme tabela de Indicador de Disponibilidade de Serviços (IDS) e Indicador de Tempo de Atendimento (ITA)
5	Provocar intencionalmente a indisponibilidade dos serviços	Multa de 10% aplicada sobre o valor total da OS do mês de referência. Impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades do Estado, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo máximo de 3 anos, sem prejuízo às penalidades decorrentes da inexecução total ou parcial do contrato, o que poderá acarretar a extinção do contrato, sem prejuízo das demais penalidades previstas na legislação em vigor.
6	Não executar parcial ou totalmente os serviços previstos no objeto da contratação.	Advertência, quando não justificar a imposição de penalidade mais grave. Multa de 3% aplicada sobre o valor total do contrato, além do possível impedimento, descredenciamento e sua eventual extinção, sem prejuízo das demais penalidades previstas na legislação.
7	Suspender ou interromper, salvo motivo de caso fortuito ou força maior, em parte ou integralmente,	Multa de 5% aplicada sobre o valor total do contrato. Em caso de reincidência, configura-se inexecução total do contrato por parte da empresa, ensejando sua eventual

	os serviços solicitados, por até 30 dias, sem comunicação formal ao gestor do Contrato.	extinção, bem como o impedimento previsto no art. 126, da Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo das demais penalidades previstas na legislação
8	Suspender ou interromper, salvo motivo de caso fortuito ou força maior, em parte ou integralmente, os serviços solicitados, por mais de 30 (trinta) dias, sem comunicação formal ao gestor do contrato.	Multa de 10% aplicada sobre o valor total do contrato, além do impedimento e descredenciamento pelo prazo máximo admitido, e eventual extinção do contrato, sem prejuízo das demais penalidades previstas na legislação.
9	Não prestar esclarecimentos em até 12h úteis referentes à execução dos serviços, salvo quando implicarem em indagações de caráter técnico, hipótese em que serão respondidos no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis.	Advertência na primeira ocorrência. Em caso de reincidência, multa de 0,5% aplicada sobre o valor referente a OS do mês de referência, por dia útil de atraso em prestar as informações por escrito, ou por outro meio, quando autorizado pelo Contratante, até o limite de 10%
10	Divulgar informações protegidas conforme o Termo de Compromisso vinculado ao contrato principal.	Multa de 5% do valor total do contrato, aplicada em dobro em caso de dolo, além do impedimento e descredenciamento previstos na Lei nº 14.133/2021, pelo prazo máximo admitido - 3 (três) anos -, e eventual extinção do contrato sem prejuízo das demais penalidades previstas na legislação.
11	Causar qualquer dano aos equipamentos ou conectividade do Contratante na execução das atividades contratuais	Comprovada a negligência ou imperícia, multa de 1% por ocorrência, sobre o valor da OS do mês de referência, até o limite de 15%, sem prejuízo do ressarcimento devido. Em caso de reincidência em mês subsequente, aplicar-se-á multa de 5% sobre o valor da OS de produção do mês de referência.
12	Deixar de zelar pela organização e correta identificação dos ativos de informação nas soluções durante toda a vigência do contrato.	Advertência na primeira ocorrência. Multa de 1% por ocorrência, aplicada sobre o valor da OS do mês de referência, até o limite de 10%. Em caso de reincidência em mês subsequente, aplicação em dobro, até o limite de 15%.
13	Descumprir obrigações contratuais cuja penalidade não esteja prevista nesta tabela.	Advertência, salvo se configurada reincidência, caso em que será aplicada multa de 2% sobre o valor da OS do mês de referência, aplicada em dobro se houver prejuízo significativo aos resultados pretendidos com a contratação.

Observação: O rol de penalidades elencado neste TR não exclui outras decorrentes da Lei nº 14.133 /2021 ou de qualquer outra norma jurídica aplicável à presente contratação.

7.28. Eventuais reduções, descontos, glosas, penalidades e sanções poderão ser aplicados cumulativamente.

7.29. Para cálculo dos indicadores e suas retenções (descontos) e multas serão aplicadas as seguintes condições:

- Todos os indicadores serão apurados desde o início do contrato.
- Na apuração dos indicadores será aplicado truncamento somente ao valor final do indicador para a última casa decimal presente na meta definida;
- Valores em reais serão arredondados ao final do cálculo para duas casas decimais; O valor máximo de desconto relativo a desatendimentos de NMS será de 30% do valor nominal (original) da respectiva OS de produção do mês de referência, ainda que a soma dos percentuais de retenções ultrapasse este limite, independentemente de eventuais penalidades aplicadas à Contratada.

7.30. As multas devidas e/ou prejuízos causados ao Contratante serão recolhidos em favor da União por meio dos mecanismos legais, na seguinte ordem de preferência:

- Deduzidos de valores a serem liquidados pela prestação de serviços no âmbito do contrato;
- Deduzidos da garantia contratual; ou
- Recolhidos por meio de DAR;

7.30.1. Na impossibilidade do recolhimento, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

7.31. Somente serão faturados os serviços efetivamente prestados no mês de referência após validados pela EPC;

7.32. Os pagamentos dos serviços fornecidos serão autorizados com a emissão do Termo de Recebimento Definitivo (TRD), descontados os valores de eventuais sanções; após emissão do TRD, o Gestor do contrato autorizará a emissão da NF;

7.33. O pagamento será efetuado pelo Contratante no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da nota fiscal/fatura;

7.34. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018;

7.35. Será rescindido o contrato em execução com a Contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade do Contratante;

7.36. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31, da Lei nº 7.212, de 1993, nos termos do item 6, do Anexo XI, da IN SEGES/MP nº 5 de 26 de maio de 2017 (autorizada pela IN SEGES/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022), quando couber;

7.37. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018;

7.38. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão Contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente;

7.39. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pelo Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, será calculada na forma do item 5, do anexo XI, da IN SEGES/MP nº 5 de 26 de maio de 2017 (autorizada pela IN SEGES/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022);

7.40. Durante a vigência do contrato, o Contratante poderá realizar autorizações de fornecimento, alteração do titular, ou cancelamento de licenças ou chaves de acesso, de acordo com a movimentação do seu quadro funcional;

7.41. Será necessário reportar tal informação a contratada com no mínimo 24 (vinte e quatro) horas de antecedência

Liquidação

7.42. Recebida a nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.43. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- O prazo de validade;
- A data da emissão;
- Os dados do contrato e do órgão contratante;
- O período respectivo de execução do contrato;
- O valor a pagar; e
- Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.44. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que a Contratada providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

7.45. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68, da Lei nº 14.133, de 2021;

7.46. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018);

7.47. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da Contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante

7.48. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da Contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos;

7.49. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à Contratada a ampla defesa;

7.50. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a Contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.51. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES /ME nº 77, de 2022;

7.52. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos a Contratada serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de correção monetária.

Forma de pagamento

7.53. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela Contratada;

7.54. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento;

7.55. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável;

7.56. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente;

7.57. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123 de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Antecipação de pagamento

7.58. A presente contratação não permite, prioritariamente, a antecipação de pagamento parcial ou total, já que esta somente será permitida se propiciar sensível economia de recursos ou se representar condição indispensável para a obtenção do bem, conforme o art. 145, §1º, da Lei nº 14.133/2021, o que não se vislumbra ao presente caso;

7.59. Em caso de mudança do modelo de negócio do fabricante, antes ou durante a execução do contrato, que possa significar um risco a capacidade econômica da Contratada em executar o objeto contratual, o Contratante poderá analisar a possibilidade de antecipação de pagamento, desde que seja justificado e, administrativa e juridicamente, analisado.

Cessão de crédito

7.60. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, conforme procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, nos termos das regras previstas neste tópico;

7.61. As cessões de crédito não fiduciárias dependerão de prévia aprovação do Contratante;

7.62. A eficácia da cessão de crédito, de qualquer natureza, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo;

7.63. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte da Contratada (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que este não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12, da Lei nº 7.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020;

7.64. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratada) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração (Instrução Normativa nº 53, de 8 de julho de 2020 e Anexos);

7.65. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade da Contratada.

8. Forma e critérios de seleção e regime

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O contrato será firmado pelo procedimento de contratação direta na modalidade inexigibilidade de licitação, com fundamento nas definições elencadas no art. 6º, inciso XVIII, alínea "c", e hipóteses firmadas no art. 74, inciso I, e inciso III, alínea "c", da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

Regime de execução

8.2. O regime de execução do contrato será o de empreitada por Preço Unitário, nos termos do art. 6º, inciso XXVIII, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

8.2.1. O regime de empreitada por preços unitários se justifica pelos seguintes parâmetros:

- O regime por preço unitário permite maior flexibilidade para ajustar a contratação às necessidades que possam surgir durante a execução do contrato, visto que os serviços serão demandados por meio de ordem de serviço.
- O regime de empreitada por preço unitário é o mais adequado, pois ele permite a contratação por partes e o pagamento conforme a execução de cada unidade do serviço, devidamente solicitada por meio de ordem de serviço. Exemplo: A Contratante pode emitir uma ordem de serviço para 10 unidades iniciais e, se necessário, emitir outra para as 10 restantes ao longo da vigência, sempre com base no preço por unidade estabelecido no contrato.
- Garantir que seja pagamento proporcional ao que foi efetivamente solicitado em ordem de serviço e efetivamente realizado.

Da não aplicação de margem de preferência

8.3. Não se aplica a esta contratação a margem de preferência estipulada no art. 3º c/c 16-A da Lei nº 8.248/1991, no art. 6º do Decreto nº 7.174/2010 e na Orientação nº 21 do Portal de Compras do Governo Federal que têm como finalidade promover o desenvolvimento da indústria nacional e incentivar a fabricação de produtos no Brasil. No contexto específico da contratação de serviços técnicos especializados de pesquisa e aconselhamento imparcial em TIC da empresa Gartner do Brasil, a empresa se enquadra no critério de inexigibilidade de licitação.

8.4. A escolha pela Gartner é respaldada por fatores como sua expertise internacionalmente reconhecida, contratos de serviços anteriores e a exclusividade dos produtos de pesquisa e aconselhamento oferecidos, que não encontram equivalentes no mercado. Esses serviços são essenciais para suportar decisões críticas relacionadas à modernização da infraestrutura tecnológica e à inovação no setor público. Destaca-se que congruência entre o objeto pretendido e os serviços descritos na Certidão de Exclusividade foi devidamente verificada.

Exigências de habilitação

8.5. Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

- a) Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF);
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);
- c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

8.6. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa interessada e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário;

8.7. Caso conste na Consulta de Situação do interessado a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas;

8.8. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros;

8.8. O interessado será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação;

8.10. Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do interessado será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos;

8.11. É dever do interessado manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada;

8.12. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos;

8.13. Se o interessado for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso

exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz;

8.14. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

Habilitação jurídica

8.15. Para fins de habilitação jurídica, o interessado deverá comprovar os seguintes requisitos, que serão exigidos conforme sua natureza jurídica:

8.15.1. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.15.2. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.15.3. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.15.4. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.15.5. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020;

8.15.6. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.15.7. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

8.15.8. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.15.9. Ato de autorização para o exercício da atividade: não se aplica a presente licitação, conforme o art. 66, da Lei nº 14.133, de 2021.

8.16. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.17. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.18. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

8.19. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.20. declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

8.21. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VIIA da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.22. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital ou Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.23. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital ou Municipal/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.24. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual/Distrital ou Municipal /Distrital relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

8.25. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal

Qualificação econômico-financeira

8.26. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua contratação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

8.27. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

8.28. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

8.28.1. índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

8.28.2. As empresas criadas no exercício financeiro da contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura;

8.28.3. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

8.28.4. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

8.28.5. Caso a empresa apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo de 5% (cinco por cento) do valor total estimado da contratação;

8.28.6. As empresas criadas no exercício financeiro da contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º);

8.28.7. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor. Tal declaração poderá ser exigida ou não pelo Contratante, conforme disposições constantes no art. 69, §1º, da Lei nº 14.133 /2021.

Qualificação técnica

8.29. Para assegurar a qualificação técnica da Contratada, a empresa deverá apresentar a documentação a seguir relacionada.

8.30. Declaração de que o interessado tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação;

- 8.31. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação;
- 8.32. Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso;
- 8.33. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:
- 8.33.1. Conforme descrito no artigo 67 da Lei 14.133 de 01 de abril de 2021, "§ 1º, a exigência de atestados será restrita às parcelas de maior relevância ou valor significativo do objeto da licitação, assim consideradas as que tenham valor individual igual ou superior a 4% (quatro por cento) do valor total estimado da contratação.". Isto posto, para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:
- Atestado de capacidade de qualquer serviço descrito na tabela de itens constante no subitem 1.1, ou serviço compatível.
- 8.34. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante;
- 8.35. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa interessada;
- 8.36. O interessado disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos;
- 8.37. Não se aplica à presente contratação apresentação de registro ou inscrição da empresa na entidade profissional pois, conforme orientação da AGU, tal requisito só deve ser exigido quando, por determinação legal, o exercício de determinada atividade afeta ao objeto contratual esteja sujeita à fiscalização da entidade profissional competente, a ser indicada expressamente no dispositivo;

9. Estimativas do valor da contratação

Valor (R\$): 1.724.600,00

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QTDE	VALOR UNITÁRIO (anual)	VALOR TOTAL (anual)
1	Subscrição anual de licença Executive Programs Leadership Team - Leader	23108	Subscrição	1	R\$ 411.100,00	R\$ 411.100,00
2	Subscrição anual de licença Executive Programs Leadership Team - Advisor	23108	Subscrição	3	R\$ 150.400,00	R\$ 451.200,00
TOTAL ANUAL						R\$ 862.300,00
TOTAL CONTRATAÇÃO (24 meses)						R\$ 1.724.600,00

- 9.1. O valor total expressa estimativa de preços para 24 (vinte e quatro) meses, que corresponde à vigência contratual;
- 9.2. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano, contado da data do orçamento estimado;
- 9.3. Nas prorrogações contratuais, os valores serão reajustados exclusivamente pelo Índice de Custos de Tecnologia da Informação (ICTI), mantido pela Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) ou outro índice oficial que vier a substituí-lo, visando, assim, a adequação aos preços de mercado e em vista dos efeitos inflacionários;
- 9.4. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de dois anos será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste;
- 9.5. Não serão aceitos reajustes indexados por variação cambial em moeda estrangeira;
- 9.6. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará à Contratada a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a Contratada obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer;
- 9.7. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo;
- 9.8. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que for determinado pela legislação então em vigor;
- 9.9. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo;
- 9.10. O reajuste será realizado por apostilamento.

10. Adequação orçamentária

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

10.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

- Gestão/Unidade: 320084/00001
- Programa de Trabalho: 25.126.0032.218T.5664
- Ação: 218T - Manutenção e Operação Da Infraestrutura De Tecnologia Da Informação
- PTRES: 234.945
- Natureza de Despesa: 339040
- Fonte de Recursos: 1000000000
- Elemento de Despesa: 339040

10.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento

11. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

FELIPE CORRADI CARMINATI

Integrante Técnico



Assinou eletronicamente em 14/08/2025 às 15:13:57.

CLAUDIO AUGUSTO NOVAIS FERRAZ

Integrante Requisitante



Assinou eletronicamente em 14/08/2025 às 16:50:30.

MARCIO NAHAS RIBEIRO

Autoridade máxima de TIC



Assinou eletronicamente em 20/08/2025 às 11:21:42.